Demonstrações Financeiras

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais 5
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Demonstrações do valor adicionado 12
Notas explicativas às demonstrações financeiras 13

Building a better working world

Edifício Califórnia Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º Andar - Conj. 801 - Centro
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111- 0700
Fax: (5547) 2111- 0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e Diretores da
Portonave S/A - Terminais Portuários de Navegantes
Navegantes (SC)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

Building a better working world

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Building a better working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Building a better working world

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 30 de janeiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS067795/O-5

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**21.465**	32.936	**22.248**	33.667
Contas a receber	5	**55.868**	49.265	**60.762**	55.164
Partes relacionadas	14	**1.115**	2.340	**1.107**	1.952
Impostos a recuperar	6	**5.114**	5.578	**5.114**	5.704
Outros créditos	7	**6.734**	11.499	**6.854**	11.749
Total do ativo circulante		**90.296**	101.618	**96.085**	108.236
Não circulante					
Partes relacionadas	14	**29.092**	19.724	**13.915**	3.863
Outros créditos	7	**26**	4.398	**26**	4.400
Depósitos judiciais	16	**883**	1.187	**892**	1.193
Créditos tributários diferidos	15	-	-	**9.753**	10.016
Impostos a recuperar	6	-	5.102	-	5.102
Investimentos	8	-	8.265	-	-
Imobilizado	9	**1.401.361**	1.482.755	**1.401.417**	1.482.833
Intangível	10	**3.923**	4.117	**3.923**	4.117
Total do ativo não circulante		**1.435.285**	1.525.548	**1.429.926**	1.511.524
Total do ativo		**1.525.581**	1.627.166	**1.526.011**	1.619.760

Passivo	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante					
Fornecedores	11	**7.679**	23.925	**8.349**	25.172
Debêntures	12	**109.964**	51.620	**109.964**	51.620
Obrigações sociais e trabalhistas		**15.642**	9.309	**17.458**	11.126
Obrigações fiscais	13	**5.569**	4.729	**6.261**	5.654
Adiantamentos de clientes		**772**	538	**779**	609
Partes relacionadas	14	**1**	9.373	**1**	3
Provisão para manutenção do investimento	8	**3.326**	2.589	**-**	-
Dividendos a pagar	19.d	**60.094**	42.246	**60.094**	42.246
Total do passivo circulante		**203.047**	144.329	**202.906**	136.430
Não circulante					
Debêntures	12	**360.402**	452.848	**360.402**	452.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	**286.513**	300.636	**286.513**	300.636
Partes relacionadas	14	**109**	109	**109**	109
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	**14.630**	12.672	**15.201**	13.115
Outras obrigações		**1.457**	1.027	**1.457**	1.077
Total do passivo não circulante		**663.111**	767.292	**663.682**	767.785
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**66.116**	66.116	**66.116**	66.116
Reserva especial de ágio		**14.145**	22.226	**14.145**	22.226
Reservas legal		**13.223**	11.124	**13.223**	11.124
Ajuste de avaliação patrimonial		**513.092**	563.832	**513.092**	563.832
Dividendos adicionais propostos		**52.847**	52.247	**52.847**	52.247
Total do patrimônio líquido		**659.423**	715.545	**659.423**	715.545
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.525.581**	1.627.166	**1.526.011**	1.619.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receita operacional					
Receita operacional líquida	20	**424.127**	362.781	**447.341**	397.207
Custos dos serviços prestados					
Operação portuária		**(38.816)**	(42.575)	**(49.158)**	(50.433)
Custo com pessoal		**(64.582)**	(54.215)	**(73.666)**	(61.959)
Depreciação do imobilizado		**(35.358)**	(27.400)	**(35.380)**	(27.413)
Depreciação da mais valia do imobilizado		**(74.168)**	(74.939)	**(74.168)**	(74.939)
		(212.924)	(199.129)	**(232.372)**	(214.744)
Lucro bruto		**211.203**	163.652	**214.969**	182.463
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		**(20.284)**	(26.520)	**(21.121)**	(27.769)
Remuneração dos administradores	17	**(4.004)**	(2.672)	**(5.006)**	(3.749)
Despesas com pessoal		**(16.678)**	(11.051)	**(17.540)**	(15.412)
Depreciação / amortização		**(6.883)**	(6.736)	**(6.883)**	(6.736)
Depreciação / amortização da mais valia		**(1.375)**	(1.375)	**(1.375)**	(1.375)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(1.337)**	9.066	**-**	-
Outras receitas operacionais líquidas	21	**2.518**	25.340	**753**	25.805
		(48.043)	(13.948)	**(51.172)**	(29.236)
Lucro operacional		**163.160**	149.704	**163.797**	153.227
Resultado financeiro	22				
Receitas financeiras		**6.092**	5.822	**6.357**	6.234
Despesas financeiras		**(84.539)**	(85.024)	**(84.587)**	(85.156)
Variação cambial, líquida		**1.016**	877	**1.018**	877
		(77.431)	(78.325)	**(77.212)**	(78.045)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**85.729**	71.379	**86.585**	75.182
Imposto de renda e contribuição social	15.b				
Correntes		**(42.797)**	(28.450)	**(43.391)**	(31.965)
Diferidos		**14.123**	14.047	**13.862**	13.759
		(28.674)	(14.403)	**(29.529)**	(18.206)
Lucro líquido do exercício		**57.056**	56.976	**57.056**	56.976
Quantidades de ações (lote de mil)		**24.204**	24.204		
Lucro líquido, básico e diluído, por ação, em reais		**2,3573**	2,3540		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Resultado do exercício	**57.056**	56.976	**57.056**	56.976
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	**57.056**	56.976	**57.056**	56.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva especial - ágio	Reserva de lucro- reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	19	**66.116**	**30.309**	**8.275**	**34.151**	**-**	**614.198**	**753.049**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	56.976	-	56.976
Distribuição de dividendos - resultado 2014		-	-	-	(34.151)	-	-	(34.151)
Constituição da reserva legal		-	-	2.849	-	(2.849)	-	-
Aumento de capital com reserva especial de ágio		8.083	(8.083)	-	-	-	-	-
Redução de capital - realização da reserva especial de ágio		(8.083)	-	-	-	-	-	(8.083)
Distribuição de dividendos intercalares		-	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Realização dos ajustes avaliação patrimonial		-	-	-	-	50.366	(50.366)	-
Dividendos propostos pela administração		-	-	-	52.247	(94.493)	-	(42.246)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		**66.116**	**22.226**	**11.124**	**52.247**	**-**	**563.832**	**715.545**
Lucro líquido do exercício	19.d	-	-	-	-	57.056	-	57.056
Distribuição de dividendos – 2015		-	-	-	(52.247)	-	-	(52.247)
Constituição da reserva legal	19.b	-		2.099	-	(2.099)	-	-
Aumento de capital com reserva especial de ágio	19.c	8.081	(8.081)	-	-	-	-	-
Redução de capital – realização da reserva especial de ágio	19.c	(8.081)	-	-	-	-	-	(8.081)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	50.740	(50.740)	-
Dividendos adicionais propostos pela administração	19.d	-	-	-	52.847	(52.847)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	19.d	-	-	-	-	(52.850)	-	(52.850)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		**66.116**	**14.145**	**13.223**	**52.847**	**-**	**513.092**	**659.423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício	**57.056**	56.976	**57.056**	56.976
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(14.124)**	(14.047)	**(13.862)**	(13.759)
Depreciação e amortização	**117.784**	110.450	**117.806**	110.464
Baixa liquida de ativo imobilizado	**1.938**	134	**1.938**	143
Variações monetárias de contratos com empresas ligadas	-	(1.579)	-	(1.579)
Variação da provisão para devedores duvidosos	**8.979**	1.371	**10.812**	1.371
Juros sobre debêntures	**83.362**	91.787	**83.362**	91.787
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	**1.958**	2.161	**2.086**	2.213
Resultado de equivalência patrimonial	**1.337**	(9.066)	-	-
Dividendos recebidos	**7.665**	-	-	-
Apropriação de receitas diferidas	**431**	-	**356**	(58)
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
(Aumento) Diminuição dos Ativos				
Contas a receber de clientes	**(15.582)**	(7.941)	**(16.410)**	(8.241)
Contas a receber empresas ligadas	**(8.143)**	1.123	**(9.208)**	1.123
Impostos a recuperar	**5.566**	(9.831)	**5.692**	(9.651)
Despesas antecipadas e outros valores a receber	**9.138**	(7.691)	**9.267**	(7.739)
Aumento (diminuição) dos passivos				
Fornecedores	**(16.246)**	5.341	**(16.823)**	3.458
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	**(9.372)**	5.987	**(2)**	(2.459)
Obrigações sociais e trabalhistas	**6.334**	(2.964)	**5.724**	(3.156)
Impostos, taxas e contribuições	**840**	(7.440)	**607**	(8.459)
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	**(1.382)**	(631)	**(810)**	1.116
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**237.539**	214.140	**237.591**	213.550
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Operações com sócios	-	-	-	-
Juros capitalizados no ativo imobilizado	-	(8.249)	-	(8.249)
Reembolso de capital a acionista	**(8.081)**	(7.084)	**(8.081)**	(7.084)
Aquis. bens do imobilizado e intangível	**(38.134)**	(77.679)	**(38.134)**	(77.768)
Recebimento na venda do imobilizado	**1.801**	5.646	**1.801**	5.646
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(44.414)**	(87.366)	**(44.414)**	(87.455)

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações dos fluxos de caixa – continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Dividendos pagos	**(87.247)**	(44.150)	**(87.247)**	(44.150)
Pagamentos para empresas ligadas	**-**	-	**-**	(1)
Pagamentos de debêntures	**(51.000)**	(20.500)	**(51.000)**	(20.500)
Juros e remunerações pagas sobre debêntures	**(66.349)**	(61.969)	**(66.349)**	(61.969)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(204.596)**	(126.619)	**(204.596)**	(126.620)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(11.471)**	155	**(11.419)**	(525)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	**32.936**	32.781	**33.667**	34.192
No fim do exercício	**21.465**	32.936	**22.248**	33.667
AUMENTO / REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(11.471)**	155	**(11.419)**	(525)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Portonave S/A – Terminais Portuários de Navegantes

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
RECEITAS	**476.074**	421.420	**503.082**	460.520
Vendas de serviços	**453.794**	380.997	**485.471**	432.969
Outras receitas	**22.280**	41.928	**17.611**	29.056
Provisão para devedores duvidosos	-	(1.505)	-	(1.505)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(58.008)**	(67.337)	**(69.030)**	(76.125)
Custos dos serviços prestados	**(16.916)**	(18.321)	**(21.250)**	(20.869)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(40.955)**	(48.880)	**(47.604)**	(55.246)
Outros custos operacionais	**(137)**	(136)	**(176)**	(10)
VALOR ADICIONADO BRUTO	**418.066**	354.083	**434.052**	384.395
RETENÇÕES	**(117.785)**	(110.450)	**(117.806)**	(110.464)
Depreciação e amortização	**(117.785)**	(110.450)	**(117.806)**	(110.464)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**300.281**	243.633	**316.246**	273.931
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**21.832**	31.662	**23.173**	22.720
Resultado de equivalência patrimonial	**(1.337)**	9.066	-	-
Receitas financeiras	**9.045**	8.549	**9.311**	8.961
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**14.124**	14.047	**13.862**	13.759
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**322.113**	275.295	**339.419**	296.651
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**322.113**	275.295	**339.419**	296.651
Remuneração do trabalho	**71.733**	55.713	**80.951**	66.668
Impostos, taxas e contribuições	**92.251**	72.627	**98.188**	82.774
Remuneração do capital de terceiros	**101.074**	89.979	**103.225**	90.233
Lucro do exercício	**57.056**	56.976	**57.056**	56.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais sobre a Companhia

A **PORTONAVE S/A – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES** ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado e foi constituída em 31 de julho de 2001, com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho, 01, São Domingos, Navegantes – Santa Catarina.

A Companhia tem por principais objetivos sociais as seguintes atividades: (i) Exploração, operação e administração de serviços portuários; (ii) Exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; (iii) Exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias (iv) Operações com cargas própria e de terceiros; (v) Operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; e (vi) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades.

Restrições e condições de operação na autorização outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento das condições previstas no contrato de adesão para a operação do terminal portuário em Navegantes. A extinção da autorização concedida pela União dar-se-á da seguinte forma:

I) Pelo Poder Concedente – por meio de anulação ou cassação da autorização;
II) Pela Companhia – no caso de renúncia, falência ou extinção. Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis não reverterão à União.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do terminal portuário de Navegantes.

A União poderá, a qualquer momento, fiscalizar, aplicar penalidades contratuais, zelar pela boa qualidade dos serviços prestados bem como promover medidas que assegurem a adequação e conservação do meio ambiente.

Participações societárias

Com a finalidade de complementar as atividades dos serviços prestados de operações portuárias, à Companhia, participa como sócia controladora, das seguintes empresas:

- **Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S/A** - que tem por principais objetivos sociais: a) armazenagem frigorifica; b) transporte; c) "trading company" – compra e venda de mercadorias no mercado interno e externo. A sede desta companhia é na Avenida Portuária Vicente Coelho, 55, 1º Andar, São Domingos, Navegantes - SC.

1. Informações gerais sobre a Companhia--Continuação

Participações societárias--Continuação

- **Teconnave Terminal de Contêineres de Navegantes S/A** – com sede na Avenida Portuária Vicente Coelho, 55, Térreo, São Domingos, Navegantes - SC tem por principais objetivos sociais: (a) exploração, operação e administração de serviços portuários; b) Participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades. Atualmente esta subsidiaria está sem operações.

Os segmentos operacionais que a Companhia e suas subsidiárias estão aptas a operar, definidos pela Administração, são:

- Serviços de operações portuárias;
- Serviços de armazenagem de mercadorias congeladas e serviços complementares; e
- Agenciamento logístico e transporte rodoviário de cargas.

Continuidade operacional

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando a avaliação da administração sobre a capacidade da Companhia continuar operando. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas não levando em consideração o fato de que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, bem como não contempla nenhuma alternativa realista de encerramento das operações em um prazo inferior a doze meses.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 09 de janeiro de 2017 e ratificada em 30 de janeiro de 2017.

2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas avaliações utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Base de apresentação das demonstrações financeiras

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Percentual de participação da Companhia	
Controlada	**31/12/2016**	31/12/2015
Iceport S.A.	**100%**	100%
Teconnave S.A.	**100%**	100%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2. Políticas contábeis—Continuação

Base de apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Base de consolidação--Continuação

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As Demonstrações Financeiras apresentadas foram arredondadas para o valor mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças registradas na demonstração do resultado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita.

Prestação de serviços

A receita de serviços portuários é reconhecida com base na movimentação dos contêineres. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;

- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.3 Impostos—Continuação

Imposto sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas de mercadorias e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 0,65% à 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3% à 7,6%;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2%
- Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS – 12%

2.4 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e partes relacionadas e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta bancária com saldo negativo) e debêntures.

2.5 Imobilizado

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Imobilizado--Continuação

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios, instalações e obras portuárias	25 anos
• Equipamentos portuários	5 a 15 anos
• Veículos e veículos portuários	5 a 12 anos

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), em 1/1/20010 a Companhia optou em proceder o ajuste nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (deemed cost), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e CPC 43.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. As revisões de vida útil do ativo imobilizado em 2016 e 2015 indicaram pela alteração de algumas taxas principalmente em equipamentos específicos.

2.6 Custo dos empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.8 Provisões

De forma geral, provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.9 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.10 Demonstração do valor adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09, sendo aplicável somente para companhias abertas. Entretanto, a Administração da Companhia optou por divulgar a DVA como informação complementar.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Alguns pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis tornaram-se aplicáveis pela primeira vez no exercício de 2016. A administração da Companhia avaliou tais normas e conclui que tais normas e orientações não afetaram significativamente os saldos registrados pela empresa, todavia podem requerer divulgações adicionais, feitas nas respectivas notas explicativas, quando aplicável.

2.12 Pronunciamentos CPC ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016

A administração revisou as normas e interpretações emitidas e consideradas relevantes em relação à Companhia, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras. Como resultado desta revisão, em sua avaliação não haverá impactos relevantes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos
Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Contingências para riscos tributários, cíveis e trabalhistas
A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Caixa	**6**	15	**6**	18
Bancos	**7.263**	2.449	**8.046**	2.828
Aplicações de liquidez imediata	**14.196**	30.472	**14.196**	30.821
Caixa e equivalentes de caixa	**21.465**	32.936	**22.248**	33.667

As aplicações financeiras são compostas por CDBs – Certificados de Depósitos Bancários e por Fundos de Investimentos de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI diário resgatáveis a qualquer momento.

5. Contas a receber

Registra os valores a receber de clientes relativos às atividades de prestação de serviços portuários da Companhia de forma individual bem como das atividades das subsidiárias integrais Iceport S/A e Teconnave S/A, além de outros valores a receber, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Serviços portuários	**69.470**	53.888	**69.540**	54.061
Serviços de armazenagem	-	-	**4.824**	2.890
Exportação/Importação de mercadorias	-	-	**1.833**	2.836
Provisão para devedores duvidosos	**(13.602)**	(4.623)	**(15.435)**	(4.623)
Total dos recebíveis	**55.868**	**49.265**	**60.762**	**55.164**

Em 31 de dezembro, a abertura por vencimento dos saldos de contas a receber clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Valores a vencer	**22.109**	23.510	**26.926**	26.443
Vencidos:				
Até 30 dias	**9.448**	6.977	**9.449**	6.977
Entre 31 a 60 dias	**7.862**	5.925	**7.869**	5.925
Entre 61 a 90 dias	**9.232**	2.586	**9.232**	2.586
Entre 91 a 180 dias	**5.282**	2.123	**5.282**	2.231
Entre 181 a 360 dias	**644**	8.516	**644**	8.516
Acima de 360 dias	**14.893**	4.251	**16.795**	7.109
	69.470	53.888	**76.197**	59.787

5. Contas a receber--Continuação

Os montantes a receber, líquidos da provisão para risco de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e de suas subsidiárias. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes da prestação de serviços e venda mercadorias. A provisão de riscos de crédito foi calculada com base nas seguintes premissas: a) histórico de perdas; b) situação individual dos clientes; c) garantias reais para os débitos e d) avaliação dos consultores jurídicos. A provisão para riscos de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. Os valores a receber de operações comerciais entre empresas relacionadas esta evidenciada na Nota 14.

A movimentação da provisão para risco no recebimento de crédito é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Saldo no início do exercício	**(4.623)**	(3.252)	**(4.623)**	(3.252)
Adições	**(8.980)**	(2.438)	**(10.813)**	(2.438)
Recuperações/ realizações	**1**	1.067	**1**	1.067
Saldo no final do exercício	**(13.602)**	(4.623)	**(15.435)**	(4.623)

O motivo do aumento da provisão para risco de recebimento de crédito se deu após análise da situação de cada cliente, relacionado diretamente a uma maior exposição dos mesmos ao cenário econômico restritivo. Do montante de R$ 15.435, R$ 8.200 refere-se a um único cliente.

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	**31/12/2015**
IRRF a recuperar	**-**	-	**-**	36
PIS a recuperar	**910**	1.903	**910**	1.903
COFINS a recuperar	**4.192**	8.765	**4.192**	8.765
Imposto de renda	**-**	-	**-**	68
Contribuição social	**-**	-	**-**	22
Outros impostos	**12**	12	**12**	12
	5.114	10.680	**5.114**	10.806
Circulante	**5.114**	5.578	**5.114**	5.704
Não circulante	**-**	5.102	**-**	5.102

7. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Adiantamentos a funcionários	**640**	519	**682**	579
Adiantamentos a fornecedores	**1.208**	362	**1.208**	362
Despesas antecipadas	**4.558**	13.338	**4.559**	13.338
Outros	**354**	1.678	**431**	1.870
	6.760	15.897	**6.880**	16.149
Circulante	**6.734**	11.499	**6.854**	11.749
Não circulante	**26**	4.398	**26**	4.400

8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em controladas estão demonstrados como segue:

	31/12/2016						31/12/2015
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado	Participação no capital %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas com investimentos	Investimento/ (Provisão para perdas com investimentos)
Iceport S.A.	4.000	(2.809)	(220)	100%	**(220)**	**(2.809)**	(2.589)
Teconnave S.A.	500	(517)	(1.117)	100%	**(1.117)**	**(517)**	8.265
					(1.337)	**(3.326)**	5.676

A movimentação dos investimentos durante o ano de 2016 se deu conforme abaixo:

	Investimentos (provisão perda com investimento) em 31/12/2015	Recebimento de dividendos	Resultado de equivalência patrimonial	Provisão para perdas com investimentos em 31/12/2016
Iceport S.A.	(2.589)	-	(220)	**(2.809)**
Teconnave S.A.	8.265	(7.665)	(1.117)	**(517)**
	5.676	(7.665)	(1.337)	**(3.326)**

9. Imobilizado (Consolidado)

Custo	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Eq.proc.de dados	Imob. Andamento	Veículo	Outros	Camara Frigorífica	Total
Saldo em 31/12/2015	**171.042**	**1.300.891**	**475.825**	**8.472**	**21.798**	**62.277**	**2.398**	**11.944**	**94.957**	**2.149.604**
Aquisições	391	1.272	412	46	191	35.085	-	170	175	37.742
Baixas	-	(192)	(11.142)	(298)	(813)	-	-	(373)	(130)	(12.948)
Transferências	-	25.808	4.243	(225)	336	(31.646)	-	413	1.071	-
Saldo em 31/12/2016	**171.433**	**1.327.779**	**469.338**	**7.995**	**21.512**	**65.716**	**2.398**	**12.154**	**96.073**	**2.174.398**

Depreciação	Terrenos	Edificações e Instalações	Maq. e equip.	Móveis e utensílios	Equip. de proc.de dados	Imob. Anda-mento	Veículo	Outros	Camara Frigorífica	Total
Saldo em 31/12/2015	**-**	**(297.311)**	**(301.628)**	**(5.815)**	**(20.118)**	**-**	**(2.047)**	**(7.950)**	**(31.902)**	**(666.771)**
Depreciação	-	(60.709)	(45.395)	(848)	(577)	-	(145)	(2.879)	(6.674)	(117.227)
Baixas	-	64	9.683	216	770	-	-	226	58	11.017
Transferências	-	(22)	(4)	(123)	(149)			(2)	300	-
Saldo em 31/12/2016	**-**	**(357.978)**	**(337.344)**	**(6.570)**	**(20.074)**	**-**	**- 2.192,00**	**(10.605)**	**(38.218)**	**(772.981)**
Valor contábil líquido										
Saldo em 31/12/2015	171.042	1.003.580	174.197	2.657	1.680	62.277	351	3.994	63.055	1.482.833
Saldo em 31/12/2016	171.433	969.801	131.994	1.425	1.438	65.716	206	1.549	57.855	1.401.417

10. Intangível (Controladora e Consolidado)

O ativo intangível é representado, exclusivamente, pelos gastos relativos à implantação de uma linha de transmissão de energia elétrica, que foi construída pela Portonave com base no termo de compromisso de 18 de janeiro de 2007, firmado com a CELESC Distribuição S/A visando o benefício econômico pela melhor operacionalização das atividades portuárias na captação de energia elétrica. A linha de transmissão é amortizada pelo tempo estimado de recuperação do investimento que são de 10 anos para os equipamentos e 25 anos para as edificações.

Custo	**Obras LT**	**Edificações LT**	**Maquinas LT**	**Instalações LT**	**Softwares**	**Total**
Saldo em 31/12/2015	**1.489**	**1.516**	**114**	**2.206**	**15.568**	**20.893**
Adições	-	-	-	-	392	**392**
Baixas	-	-	-	-	(690)	**(690)**
Saldo em 31/12/2016	**1.489**	**1.516**	**114**	**2.206**	**15.270**	**20.595**

Amortização	**Obras LT**	**Edificações LT**	**Maquinas LT**	**Instalações LT**	**Softwares**	**Total**
Saldo em 31/12/2015	**(310)**	**(298)**	**(73)**	**(1.138)**	**(14.957)**	**(16.776)**
Adições	(60)	(56)	(16)	(221)	(226)	(579)
Baixas	-	-	-	-	683	683
Saldo em 31/12/2016	**(370)**	**(354)**	**(89)**	**(1.359)**	**(14.500)**	**(16.672)**
Valor contábil líquido em						
31/12/2015	**1.179**	**1.218**	**41**	**1.068**	**611**	**4.117**
31/12/2016	**1.119**	**1.162**	**25**	**847**	**770**	**3.923**

11. Fornecedores

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Serviços	**4.030**	20.070	**4.501**	21.198
Mercadorias	**1.838**	3.594	**2.037**	3.713
Em moeda estrangeira	**1.811**	261	**1.811**	261
	7.679	23.925	**8.349**	25.172

12. Debêntures

A composição das debêntures emitidas pela Companhia é a seguinte:

	Controladora e Consolidado			
	Encargos anuais	**Garantia**	**31/12/2016**	31/12/2015
Circulante				
Debêntures 1ª Emissão	1,65% a 2,25% a.a + DI	(a)	**42.000**	21.000
Debêntures 2ª Emissão:				
Primeira série	2,25 a.a +DI	(a)	**9.000**	4.500
Segunda e terceira séries	IPCA + 8,40% a.a	(a)	**51.000**	25.500
Juros apropriados			**11.254**	3.910
(-) Gastos com emissão			**(3.290)**	(3.290)
Total do circulante			**109.964**	51.620
Não Circulante				
Debêntures 1ª Emissão	1,65% a 2,25% a.a + DI	(a)	**138.500**	180.500
Debêntures 2ª Emissão:				
Primeira série	2,25 a.a + DI	(a)	**29.700**	38.700
Segunda e terceira séries	IPCA + 8,40% a.a	(a)	**168.300**	219.300
Juros apropriados			**35.004**	28.740
(-) Gastos com emissão			**(11.102)**	(14.392)
Total do não circulante			**360.402**	452.848
Total			**470.366**	504.468

(a) Penhor, créditos, garantias, maquinas e equipamentos no montante de R$83.574

12. Debêntures--Continuação

- **Cronograma de desembolso**:

	Controladora e Consolidado					
Ano de vencimento	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**Total**
Debêntures	113.254	112.607	118.138	109.842	30.917	484.758
(-) Gastos com emissão	(3.290)	(3.290)	(3.290)	(3.290)	(1.232)	(14.392)
Total	109.964	109.317	114.848	106.552	29.685	470.366

- **Características das Debêntures**

Em 11 de julho de 2012, a Companhia efetuou a 1ª emissão de debêntures simples, em série única, de espécie quirografária, não conversíveis em ações, com vencimento final em 11 de julho de 2017, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de julho de 2012.

Em AGE realizada em 09 de junho de 2014, a administração da companhia alterou algumas disposições da escritura da 1ª Emissão:

a) data de vencimento;
b) prazo para pagamento da remuneração;
c) prazos e percentuais de amortização do valor nominal unitário;
d) critérios de substituição da taxa DI em caso de sua indisponibilidade;
e) previsão do compartilhamento das garantias constituídas em benefício dos titularesda Primeira Emissão;
f) alteração da Cláusula 6.5.1 da Escritura da 1ª Emissão;
g) alteração do item (p) da Cláusula 7.1 da Escritura da 1ª Emissão e (h) alteração do item (n) da Cláusula 7.2 da Escritura da 1ª Emissão.

Após as alterações as debêntures da 1ª Emissão ficaram com as seguintes características:

1. Montante: R$ 250.000;

2. Datas: (a) emissão 11 de julho de 2012 e (b) vencimento 27 de junho de 2021;

12. Debêntures—Continuação

- **Características das Debêntures**--Continuação

3. Amortização: em dezessete parcelas conforme quadro abaixo:

Parcela	Data da Amortização	% de amortização
1	11 de julho de 2013	8%
2	11 de janeiro de 2014	8%
3	27 de junho de 2014	0%
4	27 de dezembro de 2014	0%
5	27 de junho de 2015	1,70%
6	27 de dezembro de 2015	1,70%
7	27 de junho de 2016	4,20%
8	27 de dezembro de 2016	4,20%
9	27 de junho de 2017	7,60%
10	27 de dezembro de 2017	9,20%
11	27 de junho de 2018	7,60%
12	27 de dezembro 2018	9,20%
13	27 de junho de 2019	8,40%
14	27 de dezembro de 2019	9,20%
15	27 de junho de 2020	8,00%
16	27 de dezembro de 2020	8,40%
17	27 de junho de 2021	4,60%

Em 11 de julho de 2013 foi amortizada a primeira parcela no montante de R$20.000, e, em 13 de janeiro de 2014 foi amortizada a segunda parcela no valor de R$20.000. Em junho e dezembro de 2015 foi amortizado o montante de R$ 8.500 da primeira emissão. Em junho e dezembro de 2016 foi amortizado o montante de R$ 21.000 da primeira emissão.

4. Remuneração: (i) Para o período entre a data de emissão e 11 de janeiro de 2013: juros remuneratórios com base nas taxas médias da DI acrescida da sobretaxa de 1,65% a.a (base de 252 dias); (ii) Para o período compreendido entre 12 de janeiro de 2013 e 11 de julho de 2013: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI acrescida da sobretaxa de 2,15% a.a (base 252 dias); (iii) Período compreendido entre 27 de junho de 2013 e a data de pagamento integral das debêntures: juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada das taxas DI, acrescida da sobretaxa de 2,25% a.a. (base 252 dias).

   Em 09 de junho de 2014, conforme Assembleia Geral Extraordinária, a Administração da Companhia aprovou a 2ª Emissão de debêntures simples, no montante de R$ 300.000, com 3 séries, de espécie quirografária, não conversível em ações, com as seguintes características:

12. **Debêntures**--Continuação

- **Características das Debêntures**--Continuação

4. Remuneração--Continuação

Série	Montante R$	Amortização
1ª	45.000	Treze parcelas semestrais, com primeiro vencimento em 27 de junho de 2015 e último em 27 de junho de 2021.
2ª	127.500	Sete parcelas anuais, com primeiro vencimento em 27 de junho de 2015 e último em 27 de junho de 2021.
3ª	127.500	Seis parcelas anuais, com primeiro vencimento em 27 de dezembro de 2015 e último em 27 de dezembro de 2020.

- **Cronograma de pagamento da Primeira Série:**

Parcela	Data da Amortização	% de amortização
1	27 de junho de 2015	2%
2	27 de dezembro de 2015	2%
3	27 de junho de 2016	5%
4	27 de dezembro de 2016	5%
5	27 de junho de 2017	9,00%
6	27 de dezembro de 2017	11,00%
7	27 de junho de 2018	9,00%
8	27 de dezembro de 2018	11,00%
9	27 de junho de 2019	10,00%
10	27 de dezembro de 2019	11,00%
11	27 de junho de 2020	9,50%
12	27 de dezembro 2020	10,00%
13	27 de junho de 2021	5,50%

12. **Debêntures**--Continuação

- **Cronograma de pagamento da Segunda Série:**--Continuação

Parcela	Data da Amortização	% de amortização
1	27 de junho de 2015	4%
2	27 de junho de 2016	10%
3	27 de junho de 2017	18%
4	27 de junho de 2018	18%
5	27 de junho de 2019	20,00%
6	27 de junho de 2020	19,00%
7	27 de junho de 2021	11,00%

- **Cronograma de pagamento da Terceira Série**

Parcela	Data da Amortização	% de amortização
1	27 de dezembro de 2015	4%
2	27 de dezembro de 2016	10%
3	27 de dezembro de 2017	22,00%
4	27 de dezembro de 2018	22,00%
5	27 de dezembro de 2019	22,00%
6	27 de dezembro de 2020	20,00%

As debêntures foram distribuídas mediante esforços restritos de colocação pública, observada as regras da Instrução CVM 476/09, tendo sido destinada exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do regulamento aplicável.

A 1ª Emissão destinou-se ao pagamento antecipado de empréstimo sindicalizado liderado pela *General Electric Capital Corporation* e para a recomposição de caixa da emissora. A 2ª Emissão destinou-se para a recomposição de caixa da emissora.

Em junho e dezembro de 2015 foi amortizado o montante de R$ 12.000 da segunda emissão. Em junho e dezembro de 2016 foi amortizado o montante de R$ 30.000 desta segunda emissão.

12. Debêntures--Continuação

- **Obrigações da Companhia ("covenants")**

  A Companhia obriga-se a observar as restrições e garantias constantes nas escrituras de debêntures, das quais destacamos:

  a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 3,5 durante o ano de 2014; 3,0 durante os exercícios de 2015 e 2016 e; inferior a 2,50 nos demais períodos;

  b) Índice de cobertura do serviço da dívida, calculado em conformidade ao descrito no contrato da dívida maior ou igual a 1,3 vezes;

  c) Descumprimento da legislação regulatória, societária e fiscal que afetem de forma adversa a capacidade da emissora cumprir as obrigações constantes em contrato;

  d) Os bens operacionais da Companhia estão gravados a favor dos agentes financeiros das debêntures (Itaú e Santander).

  Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia cumpre todas as obrigações ("covenants") relacionadas às debêntures.

13. Obrigações fiscais

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre: o a) faturamento, b) lucro e c) antecipações por serviços tomados, conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Impostos sobre lucro	**1.881**	1.121	**1.881**	1.424
Impostos retidos a recolher	**957**	1.004	**1.022**	1.127
Impostos sobre faturamento a recolher	**2.345**	2.164	**2.972**	2.663
Parcelamento – SPU	**386**	440	**386**	440
	5.569	4.729	**6.261**	5.654

14. Partes relacionadas

a) Nos ativos, passivos e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Ativo circulante				
Teconnave S/A	**8**	388	**-**	-
TPI - Triunfo Participações e Invest. S/A - Mútuo	**21**	-	**21**	-
Terminal San Pedro S/A - venda equipamento	**1.086**	1.952	**1.086**	1.952
	1.115	2.340	**1.107**	1.952
Ativo não circulante				
TPI - Triunfo Participações e Invest. S/A - mútuo	**522**	459	**522**	459
TPI - Triunfo Participações e Invest. S/A - outros	**12.773**	-	**12.773**	-
Teconnave S/A	**606**	-	**-**	-
Construtora Triunfo S/A	**-**	1.559	**-**	1.559
Bakmoon Investments Inc. - Mútuo	**620**	544	**620**	544
Iceport S/A - Contas a receber	**14.571**	15.861	**-**	-
Terminal San Pedro S/A - venda equipamento	**-**	1.301	**-**	1.301
Total do ativo	**29.092**	19.724	**13.915**	3.863
Passivo Circulante				
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A	**-**	3	**-**	3
Iceport S/A	**1**	-	**1**	-
Teconnave S/A – Antecipação de lucros	**-**	9.370	**-**	-
	1	9.373	**1**	3
Passivo não circulante				
Bakmoon Investments Inc.	**109**	109	**109**	109
Total do passivo	**110**	9.482	**110**	112
Despesas financeiras				
TPI - Triunfo Particip. e Invest. S/A	**76**	64	**76**	64
Bakmoon Investment Inc	**64**	54	**64**	54
	140	118	**140**	118

14. Partes relacionadas--Continuação

a) Nos ativos, passivos e despesas financeiras--Continuação

A Companhia concedeu empréstimo para as acionistas TPI - Triunfo Participações e Investimentos S/A e Bakmoon Investment Inc. por meio de contratos de mútuo com remuneração vinculada a variação da taxa CDI acrescidos do IOF.

Adicionalmente, durante o ano de 2016 a Companhia reconheceu no resultado, na rubrica de outras receitas operacionais, o montante de R$ 12.773. Este valor refere-se ao acordo firmado com a TPI – Triunfo Participações S/A (" TPI") sobre a ação civil movida por Luther Terry Grimble. Com este acordo, a TPI compromete-se com o pagamento desta ação no caso de desfecho desfavorável da mesma para a Portonave.

b) Locação de instalações

Partes	Relação	31/12/2016	31/12/2015
Portonave x Iceport	Locação de instalações administrativas e rateio despesas	**5.160**	5.160
Portonave x Teconnave	Locação de estrutura de retroarea portuária e rateio despesas	**155**	8.698

c) Valores a receber venda de imobilizado

Partes	Relação	31/12/2016	31/12/2015
Portonave x Terminal São Pedro	Contrato de compra e venda de equipamento portuário	**1.086**	3.253

Os valores das transações com partes relacionadas estão baseados em preços de mercado.

15. Impostos diferidos

a) Impostos diferidos ativos e passivos

A Companhia registra os seguintes impostos diferidos conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Ativo diferido				
Imposto de renda	-	-	**7.166**	7.363
Contribuição social	-	-	**2.587**	2.653
	-	-	**9.753**	10.016
Passivo diferido				
Imposto de renda	**(210.672)**	(221.056)	**(210.672)**	(221.056)
Contribuição social	**(75.841)**	(79.580)	**(75.841)**	(79.580)
	(286.513)	(300.636)	**(286.513)**	(300.636)
Valores líquidos	**(286.513)**	(300.636)	**(276.760)**	(290.620)

Os valores referentes ao ano de 2015 foram reclassificados para apresentar o saldo líquido de impostos de mesma natureza na controladora.

O imposto de renda e contribuição social diferidos na controladora, refere-se a: i) mais valia oriunda do custo atribuído do imobilizado no montante de R$264.320; ii) a diferenças temporárias passivas no montante de R$28.255, e iii) R$6.062 imposto de renda diferido ativo sobre o benefício do ágio por incorporação reversa.

15. Impostos diferidos--Continuação

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Lucro antes dos impostos	**85.729**	71.379	**86.585**	75.182
IR/CS pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	**(29.148)**	(24.269)	**(29.439)**	(25.562)
Exclusões/(adições) - permanentes	**932**	-	**932**	-
Equivalência Patrimonial	**(455)**	3.082	**-**	-
Outros	**(3)**	6.783	**(667)**	6.649
Diferença emp.tributada lucro presumido	**-**	-	**(356)**	707
Total	**(28.674)**	(14.403)	**(29.529)**	(18.206)
Impostos correntes	**(42.797)**	(28.450)	**(43.391)**	(31.965)
Impostos diferidos	**14.123**	14.047	**13.862**	13.759
	(28.674)	(14.403)	**(29.529)**	(18.206)

A alíquota efetiva da apuração acima é de 33,45% (20,18% - em 2015) na Controladora e; 34,10% (24,22% - em 2015) no consolidado, para o período encerrado em 31 de dezembro de 2016.

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias estão envolvidas em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão para os itens abaixo indicados:

	Consolidado			
	Depósitos judiciais		Provisões para riscos	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Trabalhistas/Civis	**892**	1.193	**15.201**	13.115
	892	1.193	**15.201**	13.115

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A movimentação da provisão para riscos pode ser resumida como segue:

	Consolidado			
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Civil	12.365	2.596	(365)	**14.596**
Trabalhistas	750	643	(788)	**605**
	13.115	**3.239**	**(1.153)**	**15.201**

Em junho de 2014, foi consignado o valor de R$ 8.651 referente a processo civil do Sr. Luther Terry Grimble em que a Companhia é ré e para qual a chance de perdas financeiras foram classificadas como provável pelos advogados que patrocinam a causa. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 14.050.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são rés em processos cujas chances de insucesso foram classificadas como possíveis, com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e, consequentemente, não são registradas provisões para essas ações que perfazem o montante de R$7.136. As principais discussões considerando os montantes maiores de R$50, com risco possível encontram-se sumariadas a saber:

- Ação movida pela empresa Agropel Ltda. relativo a lucros cessantes mercadorias danificadas no terminal, montante de R$118;
- Ação movida por Ledina Valentin por danos materiais e morais pelo barulho produzido pelos equipamentos portuários no valor de R$50,
- Ação movida por Álvaro Venturi e outros por danos materiais e morais causados no manuseio e armazenagem dos bens, montante de R$112;
- Ação movida pela empresa Doux Frangosul relativo aos lucros cessantes da mercadoria danificada pelo incêndio ocorrido na câmara frigorífica da subsidiária Iceport, no montante de R$1.132;
- Auto de infração para cobrança de multa relativa ao atraso no posicionamento para vistoria federal de carga importada, no montante de R$237;
- Auto de infração para a cobrança de multa por utilização inadequada do SISCOMEX Carga, no montante de R$110;
- Ação da Easylog Ltda. por suposto descumprimento contratual no valor de R$199;

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

- Ação movida pela empresa General Noli do Brasil relativo à indenização por danos materiais no valor R$80;
- Ação movida pela empresa Grimes e Pereira Ltda. relativo à reparação por danos materiais no valor de R$92;
- Ação movida pela empresa Comercial Exportadora WK Ltda. relativo à indenização por perdas e danos no montante de R$83;
- Ação da VML comercial importadora e exportadora por cobrança indevida de R$393;
- Ação movida por Moacir da Silva por indenização por danos materiais e lucros cessantes no valor R$70;
- Ação movida por Via Expressa Importação e Exportação EPP por suposta retenção ilegal de mercadorias por parte do terminal no montante de R$412;
- Ação movida por Sul Aluminnium Fundição S/A por danos emergentes e lucros no montante de R$419;
- Ação movida por Only Comercio de Bolsas Ltda-EPP por suposta retenção ilegal de mercadorias por parte do terminal R$57;
- Ação movida por Top Log Importação e Distribuição Ltda por suposta retenção ilegal de mercadorias por parte do terminal R$56;
- Ação movida por Alumasa Ltda. por danos sofridos por suposto furto de carga no montante de R$229;
- Auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil no montante de R$60, por suposto extravio de mercadorias sob a guarda do terminal;
- Ação movida por S&M por retenção ilegal de mercadorias por parte do terminal no montante de R$68;
- Ação movida por Torino Trade S/A por entender cobrança de preços exorbitantes pelo terminal no valor de R$248;
- Ação movida por Ecce Comercial Exportadora Ltda por entender cobrança de preços exorbitantes e danos morais pela retenção de contêineres no montante de R$114;
- Ação movida por Arrozeira Santa Lúcia Ltda, por retenção de container de mercadorias no valor de R$53;

16. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

- Ação movida por Moialde Armazenagens Ltda, pleiteando indenização por danos matérias e danos morais por frustração de expectativa por negócios com Iceport, no valor de R$2.064;
- Ação movida por Bigolin Materiais de Construção Ltda, ação indenizatória por não liberação de container no valor de R$81;
- Ação movida por Key Comercial Importadora, pleiteando a inexistência de débitos e indenização no montante de R$155.
- Ação movida por Rotária do Brasil LTDA, por execução de pagamento contra a Companhia de R$103.
- Ação movida por Tubos ABC LTDA, ação ordinária por obrigação de fazer cumulada com pedido de concessão de tutela de urgência contra a Companhia de R$55.

17. Remuneração dos administradores (Consolidado)

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias consignaram de forma global como Remuneração dos Administradores o montante de R$ 5.006 (R$ 3.749 em 31 de dezembro de 2015). A remuneração dos administradores é baseada em pró-labore e gratificação variável.

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38 a CPC 40, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros constantes nas contas de ativo e passivo e encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2016.

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Caixa e equivalentes de caixa	**21.465**	32.936	**22.248**	33.667
Contas a receber	**55.868**	49.265	**60.762**	55.164
Outros créditos	**6.760**	15.897	**6.880**	16.149
Fornecedores	**(7.679)**	(23.925)	**(8.349)**	(25.172)
Debêntures	**(470.366)**	(504.468)	**(470.366)**	(504.468)
Outras obrigações	**(1.457)**	(1.027)	**(1.457)**	(1.077)

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez.

O Conselho de Administração é o responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: a) risco de taxa de juros; b) risco cambial; e c) risco de preço relativo às suas ações. A Companhia e suas subsidiárias possuem importações ou exportações de insumos ou serviços, porém não tem ações negociadas em mercado.

a) Risco de encargos financeiros/flutuação de taxa de câmbio

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação bem como pela exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016.

18. Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

b) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do terminal portuário. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Risco de Crédito

O risco de crédito, é o risco de a contraparte em um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que ocasionaria o prejuízo financeiro. A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Diretoria da Companhia. A Companhia monitora os valores depositados e a concentração em determinadas instituições e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Em relação a contas a receber de clientes a companhia não tem concentração de recebíveis de forma relevantes.

Risco de Liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de avaliações regulares de sua administração. Na Nota 12 apresentamos o perfil do vencimento do passivo financeiro com debenturistas da Companhia, com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Gestão do Capital Social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas, devolver o capital ou emitir novas ações. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 31 de dezembro de 2016.

19. Patrimônio líquido

a. Capital social subscrito

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social subscrito, no montante de R$66.116, está composto por 24.204.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 24 de agosto de 2005, a Companhia decidiu dividir seu capital social nas classes de ações A e B, com direitos e obrigações idênticas entre as classes. Tal decisão foi tomada com base nas disposições contidas no artigo 16, da Lei 6.404/76.

Na Assembleia Geral Extraordinária, datada de 30 de setembro de 2012, foi aprovada a incorporação das ações das acionistas Maris Gaudium e Starport pela Companhia.

A participação total dos acionistas no capital subscrito da Companhia está assim distribuída:

	Quantidade de Ações Ordinárias Integralizadas (*)	
Acionistas	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Classe "A"		
Bakmoon Investments Inc.	**12.102.000**	12.101.998
Outros	**-**	2
Total Classe "A"	**12.102.000**	12.102.000
Classe "B"		
TPI - S/A	**8.067.998**	8.067.998
Vênus Particip. e Invest.S/A	**4.034.002**	4.033.999
Outros	**-**	3
Total Classe "B"	**12.102.000**	12.102.000
Total Geral	**24.204.000**	24.204.000

(*) Quantidades unitárias.

b. Reserva legal

Representa 5% do lucro líquido do exercício após a compensação de prejuízos acumulados, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. No exercício de 2016 foi constituído o montante de R$ 2.099. Com este montante esta reserva atingiu o seu limite de 20%.

19. Patrimônio líquido--Continuação

c. Reserva especial de ágio

Reserva de capital constituída em decorrência dos processos de incorporação das ações das acionistas Maris Gaudium e Starport pela Companhia, tendo em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado que encontrava-se registrado nestas empresas. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99. A realização da reserva em 2014 deu-se com a emissão de novas ações em favor do acionista TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. e posterior resgate, como autorizado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2014. Em 02 de abril de 2015 conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária foram emitidas novas ações no montante de R$ 8.083, resgatadas na mesma data. Em 13 de maio de 2016 conforme disposições da Assembleia Geral Extraordinária foram emitidas novas ações no montante de R$ 8.081, resgatadas na mesma data

d. Dividendos

Na Assembleia Geral Ordinária, datada de 05 de abril de 2016, foi aprovada a proposição da Administração relativo ao saldo de dividendos adicionais do ano de 2015, no montante de R$52.247. Desse montante, a Companhia pagou R$ 45.000 ao longo de 2016, sendo que, restam a ser pagos R$7.247.

	2016
Lucro líquido do exercício	**57.056**
Reversão de avaliação Patrimonial	**50.740**
Base de cálculo dos dividendos	**107.796**
Constituição da reserva legal	**(2.099)**
Dividendos mínimos obrigatórios (50%)	**52.850**
Saldo de dividendos a destinar	**52.847**
Proposição de dividendos adicionais ao mínimo	**52.847**

20. Receita operacional

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Receita da prestação de serviços	**453.799**	383.084	**485.476**	435.055
Receita com alugueis	**4.901**	13.166	**5**	5
Total da Receita Bruta	**458.700**	396.250	**485.481**	435.060
Deduções da receita:				
Impostos federais	**(25.492)**	(22.256)	**(28.435)**	(25.602)
Impostos estaduais	**-**	-	**-**	(5)
Impostos municipais	**(9.076)**	(7.620)	**(9.700)**	(8.653)
Cancelamentos e perdas com vendas	**(5)**	(3.593)	**(5)**	(3.593)
Total das deduções	**(34.573)**	(33.469)	**(38.140)**	(37.853)
Receita operacional líquida	**424.127**	362.781	**447.341**	397.207

21. Outras receitas e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	**31/12/2015**	**31/12/2016**	**31/12/2015**
Outras receitas	**2.027**	5.760	**2.202**	6.030
Recuperação de despesas	**14.133**	885	**14.197**	1.190
Indenização - Seguro	**479**	20.500	**479**	20.500
Ganho na venda de bens	**740**	1.618	**740**	1.618
Perda na baixa de bens	**(607)**	(134)	**(607)**	(134)
Provisões para riscos civis, tributários e trabalhistas	**(2.921)**	(2.371)	**(2.921)**	(2.481)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	**(8.980)**		**(10.813)**	-
Outras despesas	**(2.353)**	(917)	**(2.524)**	(917)
	2.518	25.340	**753**	25.805

Durante o ano de 2016 a Companhia reconheceu na rubrica recuperação de despesas, o montante de R$12.773, que refere-se ao resultado do acordo firmado com a TPI – Triunfo Participações S/A (" TPI") sobre a ação civil movida por Luther Terry Grimble, no qual, a TPI compromete-se com o pagamento desta ação no caso de desfecho desfavorável para a Portonave.

21. Outras receitas e despesas operacionais--Continuação

O montante de R$20.500, em 2015, refere-se ao recebimento de indenização de seguro para recomposição do caixa da Companhia relativo a obra de reforço do cais.

22. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	**31/12/2016**	31/12/2015
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	**5.201**	4.145	**5.289**	4.207
Juros ativos	**629**	1.408	**642**	1.485
Descontos obtidos	**6**	36	**6**	38
Outras receitas	**256**	233	**420**	504
	6.092	5.822	**6.357**	6.234
Variação Cambial				
Variação cambial ativa	**2.953**	2.727	**2.955**	2.727
Variação cambial passiva	**(1.936)**	**(1.850)**	**(1.936)**	**(1.850)**
	1.016	877	**1.018**	877
Despesas financeiras				
Juros/Encargos sobre empréstimos	-	(1)	-	(1)
Juros/Encargos - Debêntures	**(83.362)**	(83.574)	**(83.362)**	(83.574)
Tarifas bancárias	**(364)**	(430)	**(397)**	(485)
Juros e multas de mora	**(7)**	(63)	**(13)**	(68)
Outras despesas financeiras	**(261)**	(363)	**(270)**	(435)
IR s/pagamentos moeda estrangeira	**(320)**	(328)	**(320)**	(328)
Consultorias	**(225)**	(265)	**(225)**	(265)
	(84.539)	(85.024)	**(84.587)**	(85.156)

23. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016 a cobertura de seguro estabelecida pela administração da Companhia e para suas subsidiarias, para eventuais sinistros contemplam: i) Responsabilidade civil; ii) Danos físicos a bens móveis e imóveis e; iii) Cobertura adicional de perda de receita bruta e/ou despesas adicionais ou extraordinárias, consequentes de paralisação total ou parcial das atividades. O limite máximo indenizável é representado conforme quadro abaixo:

	Data de vigência		Importância Segurada (USD mil)	
Risco	**De**	**Até**		**Prêmio**
Operador Portuário	31/12/2015	30/06/2017	279.815	R$ 13.018

* * *